



Existir sobre as águas: refletindo “territorialidade” amazônica a partir do viver estuarino da “aquabilidade”

Existing over the waters: reflections on Amazonian "territoriality" from an estuarine sense of "wateriness."

Daniel Miranda, Especialista GESAM, Mestre, UFPA, srdanielmiranda@gmail.com;
Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br

Resumo

As expertises de uma vida marajoara e de pesquisas implementadas na Ilha do Pará, Município de Afuá, no Marajó das Florestas, nos conduziram ao questionamento de determinados postulados teóricos responsáveis por alimentar os processos de interpretação/representação acerca da relação de ocupação humana amazônica. A esse respeito, nos referimos especificamente ao pressuposto cartesiano de que toda a existência humana está predisposta a se desenrolar sob o solo. Deste modo, partindo da crítica a respeito dos contextos e do prefixo que atribui sentido a tal forma de existir, assimilado pelos usos da categoria territorialidade, buscamos nos posicionar por intermédio do presente artigo em favor de uma alternativa aproximada ao que foi observado na vida estuarina, elaborada por homens e mulheres marajoaras, considerando as águas dos rios como lugares onde também ocorrem manifestações da vida antrópica amazônica, expressa na ideia de uma “aquabilidade”.

Palavras-chave

territorialidade; aquabilidade; Ilha do Marajó;

Abstract

The expertise of a marajoara life associated with research implemented in Pará Island, Afuá municipality, Marajó das Florestas, lead us to question certain theoretical bases responsible for fueling the interpretation/representation processes regarding the human occupation process of the Amazon. In this regard, we refer specifically to the Cartesian assumption that all human existence is predisposed to unfold on land. Thus, starting from the critique about the contexts and the prefix that gives meaning to this way of existing, assimilated by the use of the category territoriality, we seek in this article to position ourselves in favor of a rough alternative to what was observed in estuarine life, elaborated by marajoara men and women, considering the waters of the rivers as places where manifestations of the anthropic life of the Amazon also occur, expressed in the idea of an “aquabilidade”.

Keywords

territoriality; aquabilidade; Marajo Island;

1. Introdução

“*The earth is blue!*” (GAGARIN, 1961)

“*A Terra é azul!*” disse o cosmonauta soviético Yuri Gagarin ao atingir o espaço pela primeira vez, demarcando com certa exatidão o impacto visual da água na paisagem terrena vista do espaço.

Sua experiência foi considerada por muitos como um dos primeiros grandes passos durante a chamada “Corrida Espacial”, travada por russos e norte americanos em anos de Guerra-Fria. Entretanto, para além das questões geopolíticas imediatas com as quais a Corrida Espacial relacionou-se, me parece possível considerar que tal evento, além de delinear a silhueta de um paradigma original, também foi responsável por fornecer novos ares para a humanidade, inserindo a imensidão desconhecida do universo nos desejos de colonização e ocupação humana¹.

Esse fenômeno surge aqui como alegoria, a bem de uma reflexão acerca de outros “primeiros eventos” da humanidade que resultaram igualmente em quebras de paradigmas dos limites para a ocupação humana, sobretudo aos quais não temos tantos vestígios quanto os vídeos, áudios, manchetes e entrevistas que exploraram de diversas maneiras um assunto de tal relevância como ocorrido com a primeira chegada humana ao espaço. Desse modo, refiro-me aqui às ações do primeiro ser humano que se atreveu a colocar uma superfície flutuante sobre a água, viu-a boiar e aceitou para si o desafio de navegar de um ponto para outro no mundo, revolvendo assim as perspectivas de limite para a ocupação humana de sua época.

Quase tudo sabemos sobre a primeira bem-sucedida chegada do homem ao espaço, contudo, aparentemente não conseguimos transpor a superficialidade sobre nosso desconhecido primeiro navegador. Se partilhou com um outro alguém do anseio por sua chegada; se fez esta viagem sozinho; se enfrentou alguma tempestade; se sentiu medo, ou ainda, tão pouco sabemos acerca dos materiais que recorreu para fazer sua embarcação.

Essas questões, para as quais não nos constam haver respostas certas ou erradas, conseguem demonstrar o quão desconhecido e indistintamente longínquo no tempo está o advento da “conquista das águas”, apontando também para o quanto já naturalizamos a possibilidade de entrar em um barco e sair navegando. No entanto, ignorando o

¹ Algumas iniciativas de colonização espacial já estão em contagem regressiva para lançarem seus projetos ao espaço. Cf.: <<https://www.spacex.com/mars>>

desconhecido, façamos aqui um exercício de exploração do presumível no navegar dessas inquietações.

O passo experimental, dado pelo primeiro navegador, foi provavelmente o primeiro de muitos outros dados em direção do domínio sobre a técnica de permanecer flutuando sobre as águas, seguido eventualmente por muitos mais até haver um aprimoramento que tenha tornado possível alcançar longas distâncias navegando. Para tanto, é possível apontar como elemento de concordância a essa assertiva, o fato de arqueólogos de diversas partes do mundo ainda permanecerem em profícuo debate a respeito das rotas e meios utilizados para o traslado humano até o continente Americano (DIAS, 2019).

Desse modo, como um dos prováveis resultados das aventuras sobre as águas, a espécie humana acabou reunindo todos esses passos anteriores em favor de um salto, dado em direção à conquista dos oceanos, convergindo na aproximação da vida entre os continentes. Para autores como Serge Gruzinski (1999) e Nestor Canclini (2003) é possível aferir que o mundo moderno que hoje conhecemos muito deve a esse salto, quando para estes autores a globalização e seus reflexos têm suas gêneses atreladas ao período das chamadas “grandes” navegações.

As indicações desses dois autores são construídas pelo argumento de que o mundo “encurtou-se” com as grandes navegações e que, junto com a miudeza das distâncias, o “velho” mundo “ganhou” acesso ao “novo” mundo, colocando em travessia irremediável as experiências de vida de ambos os lados (GRUZINSKI, 2003) através da trama colonizatória instalada. Nesse enlace, o homem europeu encontrara elementos plurais, distintos de sua realidade cotidiana e assim partira para traduzir e representar o “novo” mundo “descoberto”, tomando para isso as referências advindas de seu “*sistema-mundo europeu/(...)patriarcal moderno/colonial*” (GROSGOUEL, 2005).

A hermenêutica ocidental do homem letrado europeu (TODOROV, 1983, p. 19-46) tornou-se então, pela via hegemônica, a principal responsável pela construção imagética do mundo, ocupando o espaço que lhe foi outorgado por intermédio do fazer científico de seu tempo e relegando descrédito a quaisquer outras formas consideradas “não-científicas”, que se prestassem a ocupar função similar (MIGNOLO, 2010; SANTOS, 2007). Sua episteme cartesiana adotou a terra-firme e sua solidez estática como ponto de partida aceitável para a representação do habitável, naturalizando-a no posto de

locus comum da existência humana e a consolidando gradativamente como marco inicial da forma de pensar a paisagem ocupada.

Partindo dessas considerações, o presente artigo afirma partilhar do sentimento que tem reunido diversos outros pesquisadores latino-americanos em torno de um giro decolonial, epistêmico e intelectualmente localizado (BALLESTRIN, 2013, p. 89-117), com o objetivo de propor uma outra opção ao ponto de ignição que tem alimentado as formas comuns de se imaginar a existência no lugar amazônico. Desvelando inicialmente a existência de determinados laços de dominação que foram historicamente construídos e que, por muitas vezes, insistem em permanecer, ainda que de forma velada, nas muitas formas de percepção-representação do mundo ao nosso redor.

Partimos em seguida para a premissa de que, em sua amplitude existencial, a Amazônia é também composta e habitada pela experiência² de mulheres e homens que nascem, crescem e pensam a partir do dialeto das cabeceiras e furos de rios que formam esta região. Individuos e coletivos humanos que em suas experiências afroindígenas³ tecem a existência das cidades-florestas⁴ amazônicas e elaboram uma Amazônia que irrompe as fronteiras do que tem sido proposto como “territorialidade” amazônica.

A inspiração para essa iniciativa surgiu tanto em meio às pesquisas de campo do mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), quanto durante a formação na especialização de Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia da mesma universidade (GESAM/UFPA). Por meio das inserções em campo, e levando na bagagem as

² Usamos aqui o termo **experiência** sob a égide do historiador Edward P. Thompson, para quem a ideia de experiência é fracionada nos entendimentos de: experiência vivida e experiência percebida. Cf.: THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 275-278

³ Partilhamos do entendimento de Agenor Sarraf (2017), para o qual a Amazônia contemporânea é resultante da travessia cultural em zonas de contato estabelecidas por grupos étnicos diversos que, em sua maioria, têm origens indígenas e/ou afro-descendentes podendo ser percebidos nos saberes, nas expressões artísticas, na cultura material e imaterial destes grupos. Cf.: PACHECO, A.. Afroindigenismo por Escrito na Amazônia. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 3, dez. 2017. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/645>>. Acesso em: 03 set. 2018.

⁴ Segundo Agenor Sarraf (2006), a expressão *Cidade-Floresta* remete a noções de uma determinada urbanidade singular encontrada na Amazônia. Urbanidade esta que se elabora e deixa elaborar a partir dos saberes, linguagens, códigos e experiências sociais de populações afroindígenas formadas dentro de uma outra lógica de cidade, na qual antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas, convivendo com a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia. Cf.: PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos “Marajos”**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” – Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 24.

contribuições teórico analíticas apreendidas nestes espaços, foi possível notar em meio à vivência de passadores de açaí, espalhadores e peconheiros⁵ as muitas dimensões assumidas pelos “rios que comandam a vida” (TOCANTINS, 1983), no sentido de que o rio é o local para o qual e no qual as vidas humanas são inevitavelmente elaboradas naquela realidade, explicitadas na importância do saber nadar ao saber remar; do saber pescar ao saber ir, chegar e como fazê-los por meio das águas.

Portanto, é dessa maneira que o presente artigo declara seu interesse pela experiência de produção da paisagem e do espaço, elaborados pelos colaboradores⁶ do rio Bacabal, em Afuá, destacando o modo com o qual os rios surgem em primeiro lugar em suas vidas, enquanto ponto de início para tessitura de seus processos cognitivos-identitários de representação do real.

Ademais, note-se que as especificidades naturais encontradas na paisagem amazônica há muito revelaram uma demanda por processos inventivos particulares de representação/imaginação (SCHAAN, 2010), e igualmente sublinharam o quão interligados às culturas, socibialidades e existências encontram-se os rios, alagados e igapós amazônicos (FRAXE, 2000; FURTADO, 1993). Por isso, nos utilizando da construção e contribuição de outros autores, pensamos que a relevância do presente artigo reside em sua tentativa de dar vazão ao que é sentido como resultado da observação nessas localidades, e que parece evidenciar-se por meio do uso da palavra *aquabilidade/aguatório*, a qual defenderemos aqui.

5 De acordo com as categorias nativas existem três protagonismos simultâneos possíveis dentro destas redes: O passar é responsabilidade dos passadores, sujeitos que estão nos barcos maiores e passam a fruta em seus paneiros até Belém; o espalhar é responsabilidade dos compradores que “espalham os paneiros”, levando-os em seus catraios ou rabetas (barcos menores) até as casas de peconheiros para negociar com eles um valor determinado pela quantidade final de rasas entregues/recebidas; tirar cabe portanto ao peconheiro, sujeito que utiliza-se da peconha (laço feito em sacas de serapilheira, galhos verdes ou secos torcidos) para dar estabilidade durante a subida, o apanhar do cacho e a descida da árvore. Cf. MIRANDA, D. **PASSAR-ESPALHAR-TIRAR**: Uma etnografia do existir de peconheiros, espalhadores e passadores de açaí do rio Bacabal-Afuá/PA. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2019.

⁶ Ao adotar o termo colaboradores, pretendemos demonstrar o protagonismo dos homens e mulheres que nos permitiram observar e aprender com seus cotidianos, afastando-os de qualquer termo/perspectiva que os subjugue à condição de meros objetos de estudo do presente artigo.

2. Amazônia colonizada

Apesar das águas terem ocupado posição de único caminho possível para acesso de colonizadores à Amazônia desde o século XVI até meados do XX (HARRIS, 2017), suas existências foram constantemente conduzidas a um segundo plano na relação humana com a paisagem local por parte destes grupos. Ora como entrave, ora como mero caminho aos sertões (CUNHA, 2019; GADELHA, 2002), à selva (DOS SANTOS, 2014) ou seus interiores (GOMES, 2018). Não obstante, as comunidades autóctones demonstram em simultâneo terem desenvolvido uma relação distinta com as águas (HARRIS, 2017), interpretando-as à luz de suas crenças e sabedorias (VASCONCELOS, 1865).

Diante de tal quadro, é admissível traçar uma dualidade de razão ontológica, colocando em lados opostos colonizadores/exógenos e colonizados/autóctones no que diz respeito à interação homem-natureza. Por tal viés, seria posto de um lado as perspectivas cartesianas-rationais, alimentadas pelo apetite predatório-colonizador/capitalista e, de um outro lado, as reflexões consideradas holísticas de interação com o meio, nutridas por um comportamento que incide em outras formas de impacto e transformação do ambiente (BALÉE et. al., 2014).

Para os primeiros sujeitos, a vida não-humana está ali aguardando ser subjulgada, pronta para satisfazer-lhes as necessidades e desejos imediatos, contínuos ou futuros. Para os outros, a vida humana é parte integrante do universo a sua volta, não sendo uma espécie em exceção proprietária do ambiente que a rodeia, mas sim sua integrante, devendo portanto manter-se em relação de equilíbrio com o restante do todo.

Anuncia-se portanto um embate entre ontologias, como esclarece Almeida (2013), uma dicotomia, resultado de uma observação da diversidade existente a partir de uma macro perspectiva. Reconhecemos que este movimento homogeneiza certas diferenças consideráveis, porém o justificamos em nome de manter o fôlego do debate iniciado. O sustentamos inicialmente pelas assertivas de Myrian Oliveira (2017) e Philippe Descola (2006), tentando articular e dispor acerca de distintos modos de integrar-se ao universo e localizar-se no mundo.

Descola (2006), partindo à Amazônia equatoriana, comprovou sua tese da existência de “outras naturezas” por meio do povo Archuar, tomando as formas singulares desse grupo de interpretar determinados fenômenos individuais e coletivos – sonhos e rituais de encantamento que envolviam vidas humanas e não-humanas – como base de seus argumentos, considerando-os produções complexas e imbricadas às dimensões simbólicas-naturais ao seu redor.

O autor é tido como principal referência, do ponto de vista teórico, de uma chamada antropologia da natureza, propondo que os estudos acerca das interrelações homem-natureza sejam elaborados de forma mais crítica com relação ao postulado euro-ocidental, tido até então como ponto de partida natural para discussão do tema.

Sua proposição, explicitada em entrevista recente (CAMPOS; DAHER, 2013), considera que, desde as descrições de naturalistas até etnografias da década de 1970, havia uma predisposição de imaginar a vida humana amazônica dissociada da natureza que a rodeava. Tal entendimento, na percepção do autor, separava o mundo em duas esferas, a das coisas artificiais e das coisas naturais.

A primeira dimensão estaria associada à criação ou intervenção direta das mãos humanas e, a outra, onde não houvessem vestígios ou evidências superficiais de modificação da paisagem, seria o espaço do “natural” ou do “intocado”. Por este prisma, tanto na paisagem modificada quanto na que aguardava a modificação, o ser humano deveria desempenhar a função de agente, um ser detentor por excelência do poder de modificação/criação.

Descola (2006) se contrapôs a esta premissa antropogênica euro-ocidental, afirmando que esta desconsiderava outras percepções ontológicas acerca de homem, natureza e do próprio lugar ocupado pelo ser humano nesta equação, propondo um aprofundamento dos estudos relacionados à interação homem-natureza e ponderando por uma necessária visão aproximada a respeito do que “outras culturas” teriam a dizer a respeito de “outras naturezas” (DESCOLA, 2016), ou como Mauro de Almeida (2013) bem define, houve e há uma variedade considerável de ontologias, e para as quantas mencionarmos, encontraremos uma porção razoável de ontologias não mencionadas (ALMEIDA, 2013, p. 10-11).

Para Oliveira (2017), as definições a respeito do que é natureza e qual espaço o ser humano ocupa em relação a esta, não devem ser entendidos como fruto de discussões

recentes. Em texto escrito com base em sua tese de doutorado para a disciplina *Relações Entre Sociedade e Natureza do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável* (MAFDS/INEAF/UFGA), a autora destaca uma linha do tempo constituída por diversos entendimentos relativos à questão homem-natureza, elencando desde os gregos clássicos até o homem contemporâneo.

Suas assertivas demonstram que, para cada definição elaborada, houve de igual modo a tessitura complexa de uma ideia de pertencimento, explicitada sobremaneira na constituição do lugar humano desempenhado e ocupado em relação à natureza. Assim, ao que parece, é possível dizer que quanto mais próximo de uma relação holística com o meio que o circunda, mais impactante o papel exercido pela natureza na cultura elaborada pelo grupo.

Considerando tais entendimentos, é possível mencionar as clássicas obras de Evans Pritchard (PRITCHARD, 1976), Roy Rappaport (RAPPAPORT, 1979) e Marcel Mauss (MAUSS, 2003) a fim de somar e demonstrar a partir de suas etnografias e análises o que foi sugerido na afirmativa acima. Os autores, em contextos distintos, analisaram a vida coletiva de grupos potencialmente diferentes correlacionando suas produções ritualísticas, econômicas, processos migratórios e até mesmo as quedas demográficas, às interações com a biodiversidade em seu entorno.

Entretanto, o adensamento acerca da ecologia humana não se encontra em nossa mira no presente instante, mas sim o modo como determinados entendimentos a respeito da relação homem-natureza influem nos processos imaginativos de interpretação/representação do lugar comum da ocupação humana, aqui voltada particularmente à amazônica.

Nesse sentido, consideremos aqui as discussões propostas por Sandra Pesavento (2005) na tentativa de alcançar um novo desdobramento no uso da perspectiva que pode ser desenhada pelo fluxograma homens/contextos/representações. Pesavento (2005), ao afirmar que a elaboração da vida coletiva é igualmente feita pelas particularidades sensíveis dos indivíduos, opta pela escala de suas “sensibilidades históricas”, formadas e desenvolvidas pelo contato com a “realidade disponível”, proporcionando-nos desta maneira uma interessante contribuição ao voltar nossas atenções para o que a autora considera como *contextos*.

Por esta razão, de acordo com Pesavento (2005), o indivíduo humano demonstra ser, a partir dos olhares das Ciências Humanas, um constructo contínuo dos múltiplos *contextos* em sua volta. “Contextos históricos”, “contextos políticos”, “contextos religiosos”, “contextos ecológicos” diz a autora, enfim, as gamas contextuais das mais diversas ordens que possibilitam não somente a sua existência, mas disponibilizam e atravessam os sentidos e os significantes de suas ações, ou que constituem, por assim dizer, um repertório de interpretações e perspectivas acessíveis para assimilar o que seus sentidos alcançam.

A autora aproxima-se assim, em certa medida, dos entendimentos de Clifford Geertz (1989), para quem as múltiplas produções humanas aparentam ser resultantes dos “emaranhados contextuais” que rodeiam a vida humana coletiva. O autor, ao “Acredit[ar], [...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (p. 15) propunha que o estudo sobre os aspectos humanos fossem de caráter semiótico, atentando sempre para as tramas de significados que convergiriam para o objeto observado pelo pesquisador.

Concordando com os pontos de convergência construídos acima entre tais autores, afirmamos que, as proposições clássicas existentes e que se envolvem – com dedicada atenção – à ocupação/habitação humana são, como quaisquer outras produções humanas, resultados de seus próprios *contextos*. No caso aqui tratado, estende-se a contextos conceituais que colhem indefinidamente na relação homens-naturezas de seus tempos-espacos o substrato de suas afirmações, ou melhor, acabam por adotá-los como ponto de partida para suas aferições. Embebidos por esta influência, optam por determinadas palavras que imprimem, ainda que de maneira silenciosa ou velada, uma subalternização de maneiras outras de organizar e manifestar a vida humana, impondo prejuízo a outras possibilidades interpretativas.

Nessa crescente, apontamos para a categoria *território*, que faz crer primeiramente por meio de seu uso na ocupação por sobre as terras, estáticas e sólidas, como elemento primeiro e adequado de formação da vida humana. Tal modelo que embasa a principal hermenêutica do ocupar/existir no mundo, desenvolveu-se em consonância com a perspectiva cartesiana euro-ocidental de sistema/mundo/capitalista de morar, “virando as costas para os rios” (ASSAD, 2013, p. 06-09).

A esse respeito, é preciso dizer que acreditamos na legitimidade do uso da categoria *território*, sobretudo quando acionada por grupos em condição subalternizada em uma busca por ocupar espaço nos lugares de disputas hegemônicas, econômicas e/ou socio-políticas. Outrossim, percebemos que nem mesmo este uso foi capaz de dirimir o caráter estático, sólido e terrestre com o qual nossa língua adotou-lhe o uso.

Alertamos também para a importância de se notar a profundidade que as discussões acerca de *território* alcançaram, elevando-a à posição de conceito caro às Ciências Humanas (GOTTMANN, 2012; SAQUET, 2007; SAQUET; SANTOS, 2008) e que foram estabelecidas na Europa, ganhando o mundo ainda no século XX. Desta maneira, indicamos que não pretendemos discorrer aqui uma minuciosa e profunda revisão bibliográfica a seu respeito, apontando aproximações e, tão pouco as divergências entre autores. Dada a expansão que a categoria tomou, este é um esforço que foge ao escopo do presente artigo.

Desta feita, sugerimos pelo presente, a subversão da ordem que elegeu *terra* como o lugar primeiro da ocupação humana e que se tornou, em nossa língua, o prefixo para a categoria que em seu conceito mais clássico, dispõe acerca de “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Vejamos assim, por entendimento, que como Claude Raffestein diz em seguida “[...] o território é a prisão que os homens construíram[...]” (Idem, ibidem) mas que podem existir outras terminações com um uso de libertação. Libertador não por implodirem as teias de poder e dominação existentes, mas que por escolha e experiência autóctone possam ser a categoria dos que fruem, vivem e navegam nas águas.

3. Aguatório: a aquabilidade de estar vivo sobre as águas

Em leitura a Clifford Geertz (2005), realçando seu entendimento a respeito da produção etnográfica, notamos que para o autor as categorias ou conceitos científicos existem para a tarefa de compartilharem a outrem de que se fez o *real* observado por pesquisadores quando em suas pesquisas de campo. Ao elaborar estas considerações, Geertz torna possível entender que o fazer científico mantém consigo, em suas possibilidades e limitações, um caráter imaginativo e quase individual – por parte do

pesquisador - esforçando-se para tecer uma trama que seja inteligível, convincente e, ao mesmo tempo, agradável a seus pares e leitores (GEERTZ, 2005, p. 169-193).

A abordagem de Geertz (2005) insinua espaço às proposições de Tim Ingold (2015), para quem as atenções dos estudos a respeito da existência humana devem, sobremaneira, ceder lugar às “experimentações contínuas”, com interesse às “condições e potenciais da vida humana”, como prefere dizer o autor (INGOLD, 2015, p. 25).

Lançando mão a tais ponderações, acrescentemos a elas a seguinte constatação clássica: esse mesmo saber científico, lugar onde os conceitos fazem morada, não demonstra ter um caráter estanque, mas sim um aspecto fluído e híbrido, ou ainda passível da aplicação constante de testes, como propunha Popper (1972, p. 30-31). Porquanto, quando produto da observação da vida social, o saber científico parece importar dalgo da dinâmica frenética que compõe seu campo, refletida na necessidade de uma constante reflexão, reanálise e sobretudo desconfiança de seus resultados.

Ocorre que foram precisamente esses elementos de constante experimentação que implicaram na elaboração do presente trabalho, alimentado pelo o que foi possível experienciar entre muitas idas a campo, investindo 32 horas de viagem de barco de Belém, capital do estado do Pará, até a Ilha do Pará, município de Afuá, Marajó.

As águas, os rios, os barcos, as distâncias e a existência marajoara estuarina não nos eram de modo algum estranhos. Isso se explica pela identidade marajoara de um dos autores, nascido em Breves, lugar que se ergueu na esquina do (Rio) Parauaú. Como muitos outros que cresceram à ribeira, o autor teve de aprender a respeitar o poder que os rios carregam em seus poderosos braços, potenciais revolvedores das vidas de quem por ele vivem. Entendendo que as águas dos rios levavam e traziam saberes, memórias e afetos, e que suas correntezas, ao mesmo tempo que eram moldadas pelas experiências humanas, passavam e eram caminho de volta tanto para as angústias, quanto para as lembranças e as vidas que por ela fruem.⁷

Talvez esse poder que reside nas caudalosas marés molhadas esteja ali para lembrar-nos que, estando as casas, trapiches, homens e mulheres à beira d’água, ou seja, na margem, quem ocupa o centro é o rio. Virar-lhe as costas não é nem de longe sensato.

⁷ O primeiro autor desse ensaio teve o privilégio de elaborar junto a Sabrina Campos um ensaio fotográfico sensível, que partilha das percepções que escrevemos aqui. Cf.: COSTA, Sabrina C.; MIRANDA, Daniel. Águas, confluências, beiras e vidas: Dois olhares entre os Marajós e Belém in **Caderno 4 Campos**, n. I. 2018. p. 50-60

A recordação que nos surge agora, para este autor, ao tratar da existência sobre as águas é a lembrança da primeira vez que atingimos a foz do Rio Amazonas, em meio às pesquisas no Marajó. O barulho do motor rompia a imensidão líquida e silenciosa das 14 horas de uma tarde de julho de 2016, mantia-nos de pé na proa do barco *4 Irmãos*, de Silvio Monteiro. Ainda é possível lembrar o que ali percebemos, ao olhar para todos os lados daquela grande porção Amazônica, o quão pequeno nos percebemos diante de tamanha hipérbole da natureza. De perto, bem de perto em meio as águas barrentas do Amazonas, o mundo inteiro parecia ser feito somente de água, barulho de motor e as poucas pessoas que nos acompanhavam. Nada mais além disso.

De lá, do encontro com um dos rios mais extenso do mundo, seguimos com algumas questões que deixaram banzeiros⁸. Talvez as mais significativas que podemos trazer aqui sejam: “Para Silvio e seus tripulantes, o que significa todo esse lugar? Que sentem ao passar por ele?” e “Como pode a categoria ‘*território*’ designar um lugar tão molhado assim?”

De Silvio obtivemos algumas respostas, tornando-o aqui em elemento vital para acesso e compreensão do contexto estuarino na relação homem-natureza dessa comunidade e seus sujeitos, em particular.

Bom, eu sou Silvio Barbosa Monteiro, tenho 36 anos de idade... eu nasci na Ilha do Teles, aí eu cheguei aqui no [Rio] Bacabal [Ilha do Pará] eu já tinha 10 anos de idade. Aí comecei a viajar com meu pai [Seu Francisco Monteiro], rebocando madeira, né? Comecei a viajar com meus 14 anos de idade e até hoje continuo viajando. [...] Pra mim, tá embarcado já é da vida mesmo, né? A gente chega em terra e modo que já se desacostuma. Tu quer ficar, por causa da família, né?[pausa] mas também tu quer ir pro rio por causa do movimento. (Silvio Monteiro, entrevistas, 23/02/18 e 24/02/2018).

Silvio era o segundo de quatro irmãos quando chegou ao Bacabal. Como visto acima, cresceu ajudando o pai a transportar toras de madeira para as serrarias da região, tornando-se o homem que hoje cuida de seus quatro filhos com os ganhos de passar e

8 Diz-se da maresia ou agito das águas formado pela passagem de uma embarcação pelo rio.

vender o açaí, do interior de Afuá, até a feira destinada à fruta em Belém do Pará. Suas habilidades de navegar por entre os labirintos líquidos marajoaras dão indícios de que foram forjadas nos trajetos percorridos na companhia do pai, Francisco, por entre Macapá/Porto de Moz/Breves/Anajás.

Sua fala grifa itens importantes ao se propor o que pretendemos. Em primeiro lugar, a constância com a qual o rio e os lugares estuarinos são tomados como marcadores de tempo e de estar vivo, em seguida, a profunda relação de mover, de fruição que é, ao seu entender, a experimentação da vida sobre as águas. Ao mesmo tempo, sua narrativa aponta para uma definição da vida “em terra”, não apenas como “parada”, mas, por meio da oposição criada por ele próprio em relação à água, eu diria estanque. Se essas podem ser as características que distinguiriam uma da outra, vejamos um exemplo a seguir que apresenta uma outra distinção de aspectos da vivência sobre as águas, em relação ao enfrentamento diante das intempéries da região:

Silvio e eu partilhávamos o turno na cabine de comando. Disse que nos aproximamos da cidade de Currálinho. Em poucos segundos começamos então a enfrentar uma tempestade. Com o rio agitado, e grandes mareas, confesso ter temido cada onda que batia contra a proa do barco e molhava consideravelmente os vidros da cabine de comando. As intensidades das ondas eram distintas, o vento frequente e forte. Sair da cabine nestas condições era impensável. Não sei bem se externei tais preocupações em minhas expressões [...], contudo, ao meu lado Silvio não demonstrara um lampejo desse ou quaisquer outros temores. Segurava o timão com uma expressão serena, vez ou outra ligava o holofote, virando-o de um lado a outro e depois o desligava. Não sei bem o que conseguia ver em meio à escuridão molhada e caótica para mim. Ignorou constantemente seu outro – senão único – objeto de navegação, a bússola. Em meio a tudo isto, sempre pareceu saber bem onde estávamos e para onde deveríamos ir. (Caderno de campo do primeiro autor, 21/02/18).

De um lado, assumimos a abissal diferença entre o temor do observador e a calma de Silvio. Para ele, era apenas mais uma das muitas tempestades enfrentadas durante

a travessia da baía do Marajó, para o observador, era a tormenta mais devastadora que enfrentara em sua vida até ali. Uma vez mais, a discussão a respeito das sensibilidades históricas emerge. Para um, os sentidos já foram moldados e calejados pelas tormentas, Para o outro, a ausência dessa experiência parecia que tudo ali lhe custaria a vida.

Outrossim, devemos argumentar da perícia no timão demonstrada por Silvio, elemento que, somado à sua expertise para tariar e manter o barco em seu rumo, integram um conjunto de habilidades (INGOLD, 2000) apreendidas por meio de operações geracionais de assimilação de experimentações e saberes (INGOLD, 2000, p. 77-88).

Com isto, acrescento uma vez mais à proposição da noção de aquabilidade, de que, em seu caráter ela é envolvida pela definição de sensibilidade histórica (PESAVENTO, 2005), portanto repassada entre esses grupos por meio do exercício e da prática de atividades diurnas que envolvem o universo de estar embarcado. Adiciono ao conjunto dessas práticas, a perícia na escolha da madeira das embarcações, registrada há tempos nestas localidades (DANIEL, 2004, p. 341-345), assim como os entendimentos que preveem o aumento das marés e inventivamente elaboram arquiteturas para assegurar suas permanências (HARRIS, 2017, p. 49-94).

Situações como a descrita no relato de Silvio, acima, se dão com profunda frequência entre os rios das idas e vindas de Afuá a Belém. Diante do relato, apontamos uma vez mais para a sensibilidade necessária ao se lidar com as águas tomadas pela noite escura marajoara, acrescida do potencial complicador que é uma tempestade com ventos fortes. Desejamos ressaltar também os poucos equipamentos técnicos de navegação que o barco oferece, para enfim desembocar na ideia de que este saber navegar e tariar, como chamam a ação de controlar ou pôr a embarcação em seu rumo, são elementos que somam-se a muitos outros mais que tratam da ocupação humana amazônica das águas.

Desse modo, entendemos que as qualidades do aguatório e, por conseguinte da aquabilidade, expressam-se nesses indícios da vida estuarina e são definidos por um conjunto de práticas e saberes que elegem a condição de estar vivo sobre as águas como lugar de importância na formação humana. É particular, porquanto nossos indícios demonstram-nos como resultado dos *contextos* singulares que circundam ou atravessam esses grupos, outrora mencionados, e que fazem existir, por essa razão, um conjunto de habilidades conquistadas ou certamente ensinadas geracionalmente (MIRANDA, 2019). Contudo, sublinhamos que as escalas de amplitudes sociais ou ainda as restrições ou

especificidades geográficas que existem para o uso da presente categoria ainda representam desafios a serem superados em favor de seu uso e refinamento.

Por isso, assumimos que o exercício do existir sobre as águas, que é a aquabilidade, é contínuo e parece ser assumido por homens e mulheres espriados por entre os aguatórios amazônicos. Seu exercer é posto em prática não apenas a partir da ocupação dos rios e lugares aquáticos, mas também pode ser perceptível em muitas outras manifestações da vida ordinária cotidiana, como nas superfícies da cultura material elaboradas por mãos conduzidas por estes saberes (JARDIM, 2013). Atentar para ele, para esse *estar vivo* (INGOLD, 2015) sobre as águas, parece demandar o esforço de muitos, e se o presente artigo conseguir chamar a atenção para isso já nos daremos por satisfeitos.

4. Considerações finais

O existir estuarino, elaborado entre os aguatórios da imensidão amazônica, demonstra resistência ante as dificuldades diárias de seu cotidiano. Dono de uma reformulação hábil e inventiva em suas formas de estar e colocar-se no mundo, ele luta pela vida em seu espaço, fazendo-o com muito custo diuturnamente, assumindo desde o despertar e sendo levado adiante durante todo o restante do dia.

Procuramos apontar pela categoria defendida no presente artigo, algumas das variáveis na relação homens-naturezas e como estes elementos tornam-se contextos para a elaboração de interpretações e representações do mundo ao nosso redor. Diante disso, surge um determinado quadro que ainda parece estar longe de uma solução contundente, sugerindo uma possível subalternização de determinados modos de ocupação humana, como alertarmos.

O compromisso que resta está em amadurecer o que foi apenas ensaiado aqui, sugerindo mais uma vez a partilha do desafio que é escrever sobre o balanço das marés do aguatório.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.

ASSAD, Leonor. Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, p. 06-09, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BALÉE, William; SCHAAN, Denise; WHITAKER, James; Florestas antrópicas no Acre: inventário florestal no Geoglifo Três Vertentes, Acrelândia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 140-169, 2014.

CAMPOS, Raquel; DAHER, Andrea. A antropologia da natureza de Philippe Descola. In **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, n. 27, p. 495-517, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: edição crítica comemorativa completa. São Paulo: Editora Ubuntu, 2019.

DANIEL, Pe João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas** - vol. 01. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DESCOLA, Philippe. **As lanças do crepúsculo**: relações jivaro na Alta Amazônia. São Paulo: Cossac & Naify, 2006.

_____. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clovis. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 459-476, 2019.

DIXON-ENGEL, Tara; JACKSON, Mike. **Neil Armstrong: one giant leap for mankind**. Sterling Publishing Company, Inc., 2008.

DOS SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco; DE OLIVEIRA JÚNIOR, Josué Ferreira. A narrativa da selva, ou, a selva no contexto do regionalismo Amazônico. **Línguas & Letras**, v. 15, n. 29, 2014.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1993.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Intepretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. **Obras e vidas: o Antropólogo como autor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p. 129-146, 2018.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GROSGOUEL, Ramon. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality In ROBINSON, Willian; APPLEBAUM, Richard. (orgs.), **Critical globalization studies**. London: Routledge, 2005.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

_____. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. **The perception of the environment: essays of livelihood, dwelling and skills**. London: Routledge, 2000.

JARDIM, Ninon Rose Tavares. **Mulheres entre enfeites e caminhos: cartografia de memórias em saberes e estéticas do cotidiano no Marajó das florestas**. 2013. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arte, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pg. 425-503.

MIGNOLO, Walter D. “Aiesthesis decolonial – Artículo de reflexión”. **Calle14**, v. 4, n. 4, 2010. Disponível em: <http://200.69.103.48/comunidad/grupos/calle14/Volumen4/Vol4/Articulos/calle14_vol4_Walter%20Mignolo.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

MIRANDA, Daniel. **Passar-espalhar-tirar: uma etnografia do existir de peconheiros**,

espalhadores e passadores de açaí do rio Bacabal-Afuá/PA. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2019.

OLIVEIRA, Myrian. **Relação sociedade-natureza e suas matrizes paradigmáticas: uma introdução. Não publicado**, Belém. 2017.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. **Nuevo mundo mundos nuevos**, Colóquios, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PRITCHARD, E. E. Evans. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAPPAPORT, R. A. **Ecology, meaning, and religion**. Richmond: North Atlantic Books, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma economia de saberes. **Novos estudos – CEBRAP**, n.79, p.71-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de março de 2020.

SAQUET, M.; SANTOS, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geo UERJ**, v. 2, n.18, p. 24-42, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristiane. (orgs.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 263p.

VASCONCELOS, Simão. **Chronica da companhia de jesu do estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo**. Lisboa: Casa de A.J. Fernandes Lopes, 1865. pg. 40. Disponível em: ui<http://biblio.wdfiles.com/local--files/vasconcellos-1865-chronica/vasconcellos_1865_chronica_brown_vol1.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.